

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 95.779 - RJ (2018/0055049-2)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CLÁUDIO ROBERTO MENDONÇA SHIPHOSRT  
**ADVOGADO** : MAURO COELHO TSE - RJ068336  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por CLÁUDIO ROBERTO MENDONÇA SHIPHOSRT contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, relator o Desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 89 da Lei n. 8.666/1993.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* originário, tendo sido a ordem denegada pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 54/59).

Interposto recurso ordinário para esta Corte de Justiça, a defesa sustentou falta de justa causa para a ação penal, eis que "*o subscritor da malsinada denúncia, sem descrever ou identificar qualquer prejuízo ao Erário, sem apontar precisamente qual teria sido a conduta praticada pelo Paciente, sem demonstrar a presença do elemento subjetivo, acusa sem provar e sem esclarecer com precisão quais as ilegalidades cometidas e suas consequências*" (e-STJ fl. 74).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 140/145).

É, em síntese, o relatório.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que foi proferida sentença que julgou improcedente o pedido e absolveu o ora recorrente da imputação da prática do delito descrito na denúncia, com fundamento no art. 386, III, do Código de Processo Penal.

Assim, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

